

Ai Europa, Europa!

No próximo dia 26 realizam-se as eleições para o Parlamento Europeu nos 28 países (ou 27, o improvável caso do Brexit se concretizar até lá) que o integram, eleições que “são uma caixa de ressonância para as dificuldades da Democracia não só a um nível nacional, mas sobretudo num contexto global”, como aqui escreve a autora, prof.^a do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, coordenadora das licenciaturas dos cursos de Ciências Política e Relações Internacionais. Eleições importantes até porque, como salienta, também “constituem uma oportunidade para pensarmos de uma forma mais séria uma possível reforma das instituições liberais – e das próprias estruturas do Parlamento”

MÓNICA DIAS

E

Em 1987, num outro tempo, num outro mundo, Hans Magnus Enzensberger apresentava um conjunto de reflexões sobre a Europa. Na pele de um jornalista, narrava as suas experiências de viagem, seguindo uma tradição literária alemã que permitia, para além da partilha daquilo que se descobria, sobretudo uma crítica mais distanciada e livre ao que aparentemente tão bem se conhecia. A viagem por sete países europeus muito distintos e (na altura) mais periféricos, repleta de humor e melancolia, de ceticismo e de esperança, não se assumia, porém, como um percurso educativo, mas antes como expressão de um bem temperado Weltschmerz que desafiava o leitor a pensar o futuro da Europa.

Mais de 30 anos depois, a Europa apresenta uma configuração geográfica e política bem diferente. Mas o cenário europeu de 2019 mantém muitas das suas velhas tensões, às quais se juntaram novas dificuldades, não deixando, assim, de nos provocar o tal “aperto no coração”. Encontramo-nos num momento difícil em que as transformações geopolíticas, tecnológicas e sociais obrigam a um balanço e a uma consequente revisão das regras que orientam a nossas vidas, não só a um nível individual e local ou nacional, mas num espaço cada vez mais global. As eleições europeias intensificam esta percepção de crise, pois confrontam-nos com a possibilidade de tomar partido e com a responsabilidade de pensar



Parlamento Europeu “Temos de despertar e de participar na batalha pelo pluralismo e pela tradição parlamentar liberal”

e debater sobre os problemas encontrados e o rumo a dar a um projeto comum.

Mas o que se vota e de que tratam, afinal, estas eleições para o Parlamento Europeu (PE)? Elegemos representantes e não um governo. Começa aqui uma série de dificuldades, que não depende de fatores externos, mas que está relacionada com a própria arquitetura institucional da União Europeia, uma vez que é constituída por elementos supra-nacionais, como é o caso do Parlamento (e também da Comissão Europeia) e de elementos inter-governamentais (como é o caso do Conselho). Esta é a sua grande virtude, como veremos mais à frente, mas também inegavelmente o seu maior desafio, que criou, desde a fundação da Comunidade Europeia uma tensão entre uma

visão mais federalista e uma visão que defende a soberania nacional como fator dominante para a gestão da casa comum.

No caso do PE, a representatividade não é entendida como tão imediata, nem tão efetiva em comparação com os parlamentos nacionais, o que remete estas eleições muitas vezes para um segundo plano subordinado à esfera nacional. Apesar do gradual aumento de competências do PE e de uma crescente visibilidade ao longo das últimas décadas, consagrada sobretudo no Tratado de Lisboa, não estranha vermos a projeção das tendências que se manifestam a um nível nacional para a arena europeia. Trata-se aqui não apenas da instrumentalização da campanha eleitoral para o PE para a discussão de temas que

“

As dificuldades da Democracia liberal intensificam a percepção de crise, pois confrontam-nos com a possibilidade de tomar partido e a responsabilidade de pensar e debater sobre os problemas e o rumo a dar a um projeto comum

marcam a política interna de cada Estado em particular e que geralmente pouco ou nada têm a ver com o PE, mas também da transição de problemas que têm caracterizado as eleições nacionais em si como, por exemplo, o aumento da abstenção eleitoral, a fragmentação dos partidos tradicionais e o surgimento de uma pluralidade de novos partidos e, como consequência, a complexidade em conseguir maiorias, consensos, mas também eficiência governativa.

A este quadro, que é igualmente uma expressão da crise, junta-se o crescimento de populismos e de movimentos anti-sistema que muitas vezes se apresentam a partir de partidos euro-céticos ou mesmo anti-europeus e que, nalguns casos, encontram nas eleições europeias o palco ideal para um discurso anti-imigração, nacionalista e xenófobo que é feito em nome de uma identidade nacional ou europeia (alegadamente) em dissolução e de um sistema de defesa e segurança mais forte e que se entende estar em falência. Concordamos assim com Nuno Sampaio que, no seu ensaio sobre as eleições europeias, recentemente publicado afirma que “a principal clivagem que pode acentuar-se na próxima composição do PE não será entre esquerda/ direita, mas entre as famílias políticas que serviram de base ao projeto e que tradicionalmente têm responsabilidades de governo, e a crescente representação de vozes eurocéticas e de discursos populistas” (Sampaio, 2019:96).

Contudo, o mais importante de notar aqui é, talvez, como as eleições para o PE são uma caixa de ressonância para as dificuldades da Democracia não só a um nível nacional, mas sobretudo num contexto global. Ou melhor, são dificuldades à Democracia liberal em si. Com as mudanças tecnológicas que se fizeram sentir desde os anos 90 e que levaram a uma capacidade de comunicação e de mobilidade até então inaudita, e sobretudo desde a queda do muro de Berlim, a Democracia liberal viveu acelerações a que ainda não conseguiu responder. Enfrenta hoje desafios na esfera da legitimidade e da representação dos governantes, mas também na capacidade destes conseguirem exprimir consensos e de manterem ao mesmo tempo a eficiência exigida, devendo para além disso estar em proximidade constante com os cidadãos e resolver em tempo real uma pluralidade de questões, ultrapassando muitas delas as capacidades das suas funções e capacidades. Esta nova constelação abriu portas

a novos nacionalismos, aos extremismos, aos populismos e em geral, aos incendiários e aos que oferecem respostas fáceis para decifrar um mundo complexo e que apregoam (sem memória) um regresso a um passado idílico cercado com medo de percorrer um futuro de espaços de comunidades abertas. O regresso ao autoritarismo é perceptível em todo o mundo (e também se infiltra na Europa) é sustentado por esses receios e afirma-se hoje preocupantemente como alternativa ao liberalismo.

Não são assim as instituições europeias que estão “em crise”, mas sim o sistema liberal e, com ele, todas as instituições pensadas e criadas num contexto histórico e político distinto do atual. Entender isto é crucial para não confundirmos as meras disputas eleitorais com o projeto europeu, profundamente associado às Democracias liberais. Todavia, as eleições para o PE constituem uma oportunidade para pensarmos de uma forma mais séria uma possível reforma das instituições liberais – e também obviamente das próprias estruturas do Parlamento.

É verdade que muitas instituições políticas liberais,

dos quais os parlamentos são um caso exemplar, foram imaginadas numa lógica mecânica, de peso e contrapeso, e “instituídas” com um ato solene. Contudo, também têm uma natureza orgânica, tendo o seu desenvolvimento dependido de deliberações que foram já fruto de uma longa preparação conjunta e que, por isso mesmo, também é resiliente e sabe ajustar-se às mudanças do tempo, respondendo de modo gradual aos desafios que enfrenta. O Parlamento Europeu é disso um bom exemplo. Desde a sua conceção em 1950 ajustou-se várias vezes, tendo-se ampliado e aprofundado em vários campos. As palavras de Schuman foram de facto não só ousadas, mas também sábias quando se sugeriu uma união política cada vez mais forte, que não iria, porém, ser feita de uma vez só, mas através de conquistas concretas com o objetivo de criar primeiro uma comunidade de solidariedade.

Para uns o aprofundamento político ainda não é suficiente, para outros já é imenso, uns acreditam que deve expandir-se ainda mais, outros que precisa fortalecer-se primeiro. Temos em simultâneo muitas opiniões sobre a velocidade

e o modelo deste mesmo fortalecimento. Ora é nesse diálogo permanente, é nesse pluralismo de perspetivas em concorrência e nos pequenos passos de ajustamento que está provavelmente a maior virtude da União Europeia – e não, como alguns acham, o seu irremediável vício.

Urge chamar atenção para as conquistas da União Europeia e as muitas vantagens que nos traz, tanto no grande plano dos Direitos e das garantias ou da livre circulação, como no pequeno plano

Devemos assim ter em conta a originalidade desta extraordinária “invenção política” (como diria Viriato Soromenho-Marques) que junta 28 Estados num espaço político, económico, social e

cultural comum, mas também de cidadania partilhada e sustentada sobre os princípios do Estado de Direito e dos Direitos Humanos – e que não encontra modelo igual entre todos os outros espaços políticos do mundo.

O que urge por isso fazer é voltar a chamar atenção para as conquistas da União Europeia e as muitas vantagens que nos traz, tanto no grande plano dos Direitos e das garantias ou da livre circulação, como no pequeno plano, da comunicação sem *roaming*, da qualidade dos produtos que consumimos ou no Cartão de Saúde Europeu. Tanto na expansão do espaço económico de cada um dos seus Estados, como na ampliação da sua voz no palco internacional. Na verdade, não é o valor destas conquistas que está hoje em causa – mas sim a percepção destes valores. Contudo, em política – e sobretudo em tempos de eleições – as percepções são fundamentais.

Por todas estas razões não podemos deixar o campo da batalha política aos céticos (por muito sábios que possam ser), nem aos desiludidos (por muito bons argumentos que saibam apresentar), nem muito menos aos incendiários. Pelo contrário, tal como afirmam Hernández e

Kriesi (2016), o populismo e os movimentos anti-Europa que emergem hoje são, no fundo, importantes contributos para a “política da Europa” e que podem suscitar um maior empenho para a defesa das democracias liberais em geral e do projeto europeu em particular. Neste sentido, as eleições para o PE podem funcionar como um importante estímulo para um movimento mais forte a favor dos seus princípios e valores. E podem ainda revelar com mais clareza o papel essencial da comunicação social na tomada de consciência dos cidadãos europeus e mais precisamente para a urgência de responderem a este apelo europeu. Por fim, a fase de campanha pode fazer com que o tal “aperto de coração” não desvaneça na indiferença da abstenção, nem no protesto inconsequente e superficial, mas que inspire a uma participação responsável e uma tomada de posição mais entusiasmada. O inverno político ainda não está para chegar. Mas temos de despertar e de participar determinadamente na batalha pelo princípio do pluralismo e pela tradição parlamentar liberal. É, pois, disso que tratam as eleições para o Parlamento Europeu. *z*

CONVENCÃO SERIEDADE

ISENÇÃO

É PRECISO TER VISÃO

LIBERDADE RIGOR

LIGUE JÁ 21 870 50 50 OU ACEDA A LOJA.TRUSTINNEWS.PT

Chamada única das 0h às 18h. Indique ao operador o código promocional CCBPA

*Carteiras válidas até 31/05/2020 com oferta limitada ao stanch existente e enviada após base cartográfica, salvo erro tipográfico. Assinatura VISÃO, por 12 meses, disponível na versão digital com 50% desconto pelo valor de 21,80€ ou no formato papel, válida em Portugal, com 20% desconto, pelo valor de 31,30€. Valor da assinatura não reembolsável.

Ao assinar a VISÃO está a apoiar o jornalismo independente e de qualidade, essencial para a defesa dos valores democráticos em Portugal



Assuntos tratados com profundidade e clareza



Observação privilegiada sobre os temas mais relevantes da atualidade



A escrita inconfundível de Ricardo Araújo Pereira, Miguel Araújo e Capicua



Os mundos literários de Dulce Maria Cardoso, Mía Couto e José Eduardo Agualusa

ASSINATURA + OFERTA

A partir de 61,80 por edição (50% desconto), por 12 semanas com oferta saco VISÃO

